

7º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia

Lisboa, 7 de junho de 2019

Painel 062

Emília Margarida MARQUES

Desigualdades sociais, capitalismo e antropologia

Focusing on social inequalities, discussing capitalism and anthropology

Título: A antropologia face às desigualdades contemporâneas: a relevância das classes para o estudo das sociedades em tempos de instabilidade e reconfiguração estrutural

Antes de passar à matéria que aqui me trás, as desigualdades de classe e a presença ou ausência destas na investigação e na teoria antropológicas desde o final do século passado, seria talvez importante, para me situar neste painel e face ao tema, dizer-vos como cheguei até ele.

A minha primeira área de investigação, no duplo sentido cronológico e de identificação enquanto antropólogo, sempre foram os estudos da pobreza. Inicialmente, elegi uma população deslocada para Lisboa durante o êxodo rural dos anos 50 e 60, a sua inserção económica frágil nas estruturas de trabalho urbanas, e as estratégias sociais e comunitárias de que se socorreram para assegurar a sobrevivência.

No momento em que travei conhecimento com esta população, já tinham trocado as barracas autoconstruídas que lhes haviam servido de abrigo nos primeiros anos, por apartamentos novos num bairro social construído nas proximidades. Como constatei durante o trabalho de campo, o realojamento trouxera uma fragmentação das relações sociais, um fechamento doméstico das famílias que, ao abandonarem os vastos espaços públicos e semi-públicos planeados do bairro, os haviam transformado numa arena de conflitualidades e oposições que marcavam o quotidiano.

A observação desta realidade forneceu-me uma hipótese sobre a qual montei anos depois uma nova investigação, desta feita centrada no próprio contexto habitacional. Novamente num bairro social recém-construído, o novo estatuto residencial conforme ao habitar urbano a que muitos tiveram acesso pela primeira vez, pareceu-me poder ser o fator por detrás das trocas de acusações e do distanciamento nas relações estabelecidas entre moradores. A comunicação seguia sobretudo formas indiretas, mas através delas exprimia-se, claramente, uma ética residencial e padrões de vida económica e familiar, com base nas quais se travavam lutas de classificação e se formavam hierarquias locais.

Vistos de fora, os bairros públicos de habitação podem parecer absolutamente homogéneos, reunindo pessoas e famílias numa mesma condição social, pobres ou próximo dos limiares de privação, cujas carências de alojamento anteriores justificaram a atribuição de casas pelo estado ou pelas autarquias. E assim é, na generalidade dos casos, mas em todos os bairros em que trabalhei há sempre uma minoria, com um peso variável na estrutura social local, de famílias que, tendo passado pela pobreza no passado, encetaram ou têm já consolidados, processos de mobilidade que os colocam não só fora das situações de necessidade, mas dentro do rendimento médio nacional ou mesmo acima deste. A minha última incursão nestes territórios, entre 2007 e 2010, foi dedicada a analisar as trajetórias sociais destas famílias, os fatores que facilitaram as suas mobilidades concretas e, ao mesmo tempo, as representações que fazem das desigualdades existentes na sociedade portuguesa, dos critérios que aplicam e dos grupos que identificam nessa estrutura e, por fim, das posições que nela atribuem a si próprios.

No momento de preparar esta pesquisa, enquanto fazia uma atualização da literatura, fui confirmando as minhas suspeitas quanto ao envolvimento da antropologia com estes temas. Na área da pobreza e ao contrário do que havia sucedido até à década de 70, com o tema muito presente nos trabalhos da antropologia urbana e dos estudos de comunidade, os autores rareavam e os trabalhos que ainda existiam não formavam mais do que uma pequena área de interesse dentro da disciplina, sem grandes centros ou correntes a pautarem a investigação e a assegurarem a afirmação duma especialidade.

Por outro lado, tornou-se-me evidente nesta altura, dada até a natureza do objeto de estudo que começava para mim a ganhar contornos definidos, que o conceito de pobreza – ele próprio um conceito pobre e, para alguns até anti-sociológico, não bastaria para enquadrar qualquer tentativa de análise e interpretação adequada aos objetivos. E foi então que descobri um segundo desaparecimento, o de uma antropologia das desigualdades de classe. É verdade que o estudo das desigualdades socioeconómicas chegou a ter alguma relevância na antropologia do século XX, sobretudo a partir da época em que, sob os efeitos modernizadores do fim do período colonial e da era pós-colonial, o enfoque sobre as sociedades tradicionais das periferias globais passou a ter de dar conta dos processos de mudança, ao mesmo tempo, que a ocidente se recuperava o interesse pelas sociedades modernas e os antropólogos regressavam às suas origens para se dedicarem ao estudo dos contextos estratificados e desiguais que culturalmente lhes eram familiares¹. Apesar deste reposicionamento da antropologia e da centralidade incontornável das desigualdades para a análise das relações sociais contemporâneas, nos primeiros anos deste século a preocupação com o tratamento do tema parecia ter-se perdido quase por completo no seio da disciplina². O que vos vou apresentar de seguida é um ponto da situação atualizado sobre a relação da antropologia com o estudo das desigualdades sociais, feito com base num levantamento de 110 trabalhos, a sua grande maioria artigos em periódicos, mas também, em menor número, livros coletivos ou de autor único. O universo coberto é o da língua inglesa, em periódicos de referência como a *Social Anthropology*, a *Critique of Anthropology*, a *Cultural Anthropology*, ou mais especializadas, como a *Anthropology of Work Review* e, num ou noutro caso, de artigos de antropólogos publicados em revistas de outras disciplinas, nomeadamente de história ou de sociologia. Os artigos mais recentes foram editados já no corrente ano.

O esquema apresentado no primeiro slide divide os textos e os respetivos estudos em função da sua natureza mais empírica – etnografias, estudos de caso ou multicaseos,

¹ Polanyi (1944), Wolf (1982), são apenas alguns exemplos.

² Corroborado por Tilly, 2001 e Kasmir & Carbonella, 2008.

monografias, e as publicações que apresentam reflexões de carácter mais geral ou teórico, colocadas respetivamente na parte superior e inferior da ilustração. Os trabalhos baseados na observação e ancorados em territórios e temporalidades mais situadas, estão divididos em dois conjuntos (2º slide). O primeiro, abarca o capitalismo enquanto sistema económico e modelo de sociedade, particularmente no último terço do século XX, o período de aceleração da globalização, de expansão dos mercados, da financialização das economias e da reconfiguração neoliberal. Tempos de crise permanente, de torrentes migratórias, de austeridade, de precarização do trabalho, de despossessão, de insegurança e marginalização, mas também de reação à exploração e de novos movimentos sociais e de cidadania, tudo articulações analisadas sob o prisma da ascensão da ideologia neoliberal (3º slide).

Mas, mais ou menos em simultâneo, os estudos antropológicos viraram-se também para as classes sociais concretas, para os trabalhadores das eras fordista e pós-fordista, para segmentos concretos das chamadas classes médias e, pontualmente, para as elites, focando as especificidades das suas práticas culturais, os comportamentos subordinados ao consumo, a participação em processos de dualização das cidades. Os cruzamentos sempre complexos das classes com as categorias de género, raciais e étnicas, são igualmente explorados na análise desta antropologia das classes (3º slide).

Complementarmente, sem a mesma expressão quantitativa, surgem no levantamento ensaios de pendor teórico, debruçando-se sobre o conjunto das desigualdades sociais, sobre o conceito de classe social, sobre a versão neoliberal do capitalismo, recuperando e discutindo traços e influências marxistas da análise antropológica (3º slide).

Quando olhamos para a distribuição no tempo de toda esta produção, patente no quarto slide, constatamos um crescendo do número de artigos publicados nos últimos 15 anos, representando cerca de $\frac{3}{4}$ do total. Outros números que nos falam do mesmo crescimento podem ser citados, como por exemplo, a dezena e meia de painéis, comunicações e sessões plenárias que, na 15ª Conferência da EASA, realizada em 2018, incidiam ou afloravam as questões das desigualdades e as marcas das pertenças de classe. Talvez seja por isso chegada a hora de rever as avaliações da década passada e de considerar que a antropologia, em larga medida respondendo aos processos sociais e às transformações das economias e das culturas contemporâneas, começa a dar sinais

claros não só de recuperar um objeto perdido, como de conferir a esse mesmo objeto uma centralidade que até agora não tido na perspetiva antropológica.

Numa análise mais fina desta tendência, verificamos que este aumento de interesse da antropologia pelas desigualdades sociais se faz mais numa perspetiva sistémica, sobre o capitalismo como modo de produção, de acumulação e de reprodução social, estruturas que operam através de processos e relações globais. A ideia de classe é relativamente menos mobilizada e, quando o é, é para destacar não a existência de posições estáveis ou rígidas, capazes de gerar comportamentos, atitudes, consciência de interesses comuns ou solidariedades, mas sim de deslocações numa estrutura fluída, de passagens transitórias por categorias com conexões a outras determinantes, assumindo, por vezes, as representações formas contraditórias ou desconexas de estar em cada lugar das estruturas de desigualdade (5º slide).

Para terminar, quero regressar ao meu trabalho sobre os contextos de pobreza e, em particular, ao último, desenvolvido numa perspetiva de análise das mobilidades e das classes sociais. As vinte e oito famílias que acompanhei etnograficamente e a quem fiz entrevistas, veem as classes como um sistema bipartido ou tripartido de posições: ricos, pobres e uma classe intermédia. A maioria das identificações vai para a classe média, mas mesmo os que aceitam ou fazem questão de se inscrever na pobreza participam num discurso coletivo muito forte sobre o fim da classe média. Tanto uns como outros atribuem a queda da dita classe média a fatores de ordem social e económica que transcendem os indivíduos, mas o discurso dos primeiros, os que se identificam com os grupos intermédios, é também sobre as suas fragilidades e o risco de virem a perder as posições que ocupam, ao passo que os que se intitulam pobres encontram no referido discurso uma forma enviesada de justificarem a dificuldade ou a impossibilidade de concretizarem parte das suas aspirações³.

³ Recorrendo às metáforas em voga na linguagem sociológica e política para falar desta frustração de expectativas, é como se houvesse a noção de que se chegou demasiado tarde para conseguir lugar no “elevador social” e tivesse sido necessário apanhar uma “escada rolante” que está parada, ou avariada, acabando por reter ou empurrar para baixo aqueles que querem subir.

Todos, tendo mais ou menos alcançado aquilo que pretendem, podendo dar-se ao luxo de gastar alguns excedentes de rendimento ou vivendo à justa com o que ganham, não deixam de exaltar um sentimento de honra e de satisfação por, comparativamente com outros, terem um maior controle das suas vidas económicas. Fazem-no introduzindo um segundo corte hierárquico que secciona transversalmente as três classes identificadas e, manipulando critérios muito carregados moralmente, opõe comportamentos económicos e de gestão de rendimentos. Obtém-se, deste modo, uma divisão de cada uma das três classes em duas frações, uma positivamente valorizada, formada por aqueles que não exibem a pretensão de ter o que não têm (ou ser o que não são) e sabem gerir equilibradamente as suas posses, e outra, negativamente valorizada, para a qual são remetidos todos os que se fazem passar pelo que não são (ou simulam ter o que não têm) e gastam o pouco ou muito que ganham ou lhes é dado de forma reprovável. Ao estabelecerem este segundo eixo de diferenciação, os meus entrevistados estavam simultaneamente a criar uma hierarquia moral dentro da qual, independentemente da posição de classe ocupada, levavam vantagem, em função da correção e superioridade dos seus comportamentos e da virtude dos seus juízos.

Tratando-se de uma construção que os próprios estabelecem, em primeiro lugar, para se demarcarem de grupos socialmente muito próximos, ela é unânime num dos bairros em que trabalhei, maioritariamente branco, mas nunca é pronunciada no outro, um bairro negro, quase exclusivamente constituído por famílias vinda de África e pelos seus descendentes. Em nenhum momento as famílias do segundo bairro aceitam acusar ou diminuir os comportamentos de outros residentes e conterrâneos com os quais, reconhecem, há uma partilha da condição de imigrantes e africanos e uma identidade de interesses. Em todos os depoimentos recolhidos entre as famílias naturais de África se manifesta a convicção de que a principal divisão é em relação ao conjunto da sociedade que os acolhe e que há uma falta de igualdade de tratamento face à população portuguesa. E todos os dados que recolhi parecem dar-lhes razão. Quando comparados com as duas populações, os indivíduos entrevistados de ascendência africana e os membros dos seus agregados vão mais longe nos estudos e têm habilitações médias mais elevadas, mas nem por isso deixam de estar acantonados num conjunto restrito de profissões, com funções menos qualificadas e pior remuneradas. Se

alargarmos a comparação ao total das populações residentes nos dois bairros, vemos que outros indicadores de marginalização económica, como o desemprego e o trabalho sem vínculos e desprotegido, penalizam muito mais a comunidade africana. Não admira por isso que exista esta consciência interiorizada e difundida que, quando nos propomos falar sobre desigualdades, nos sinaliza e chama a atenção de imediato para o problema da diferença racial no acesso a recursos.

A minha análise decorre muito de um trabalho a partir de um “ponto de vista nativo”, de captação de representações íntimas e particulares, vernaculares mas expressivas, do modo como os sujeitos e as famílias concebem as classes, posições que definem relacionalmente, em função da propriedade e do rendimento, mas também de valores sociais e de moralidades que exprimem princípios de ordenação das relações sociais. Não deixa de ser curioso, como apesar da subjetividade experiencial de cada relato, as pistas que nos deixam as entrevistas estão bem para além da simples descrição, comportando tentativas de enquadrar comportamentos e expectativas pessoais em conjeturas ao nível da economia política, sobre os efeitos da crise financeira que tinha começado ou sobre a eterna discriminação de uma estrutura social racializada.

José Cavaleiro Rodrigues